

Retrato Territorial de Portugal  
2009

**A expressão territorial dos destinos turísticos, da sustentabilidade demográfica e da produção industrial**

O INE divulga a publicação do Retrato Territorial de Portugal em que se analisam as dinâmicas territoriais portuguesas, centradas nos domínios *Qualificação territorial, Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* que, nesta edição, incidem, respectivamente, nas temáticas ***A valorização territorial de destinos turísticos, A sustentabilidade demográfica dos territórios e A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas.***

O Retrato Territorial de Portugal, com uma periodicidade bienal, pretende atribuir pertinência analítica à informação estatística de base territorial, explorando temáticas com relevância territorial centradas em três domínios de análise - *Qualificação territorial, Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade*. Esta publicação privilegia as fontes estatísticas associadas aos Anuários Estatísticos Regionais e recorre a séries mais longas de dados estatísticos, de forma a captar as trajectórias estruturais que diferenciam os territórios.

Na presente edição, o domínio *Qualificação territorial* aborda *A valorização territorial de destinos turísticos*, por recurso à identificação dos comportamentos recentes da oferta turística, à análise da atractividade dos territórios e da diferenciação territorial da dinâmica económica induzida pelo turismo. A interacção entre turismo e território seguida nesta abordagem privilegia os processos de transformação física do espaço e dos seus usos – intensidade e ritmo da presença de turistas – em resultado da actividade turística, e a importância do seu retorno económico.

O domínio *Qualidade de vida e coesão* discute *A sustentabilidade demográfica dos territórios*, através da análise das principais características e tendências demográficas da população, considerando que o conhecimento sobre os processos sociodemográficos em curso constitui um contributo fundamental para a adequação das infra-estruturas e equipamentos às características e necessidades da população, no sentido de uma maior qualidade de vida e coesão territorial.

No domínio *Crescimento e competitividade* é analisada *A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas*, avaliando-se o padrão territorial de implantação dos sectores transaccionáveis, em particular, do sector transformador, na perspectiva de identificação das estruturas produtivas dos territórios e sua relação com o mercado externo. Neste quadro, analisam-se os padrões de especialização regionais da indústria transformadora, a dinâmica e a sustentabilidade económico-financeira das empresas industriais, bem como a orientação exportadora da actividade industrial.

Seguem-se abordagens exemplificativas das três temáticas analisadas.

### **A valorização territorial de destinos turísticos**

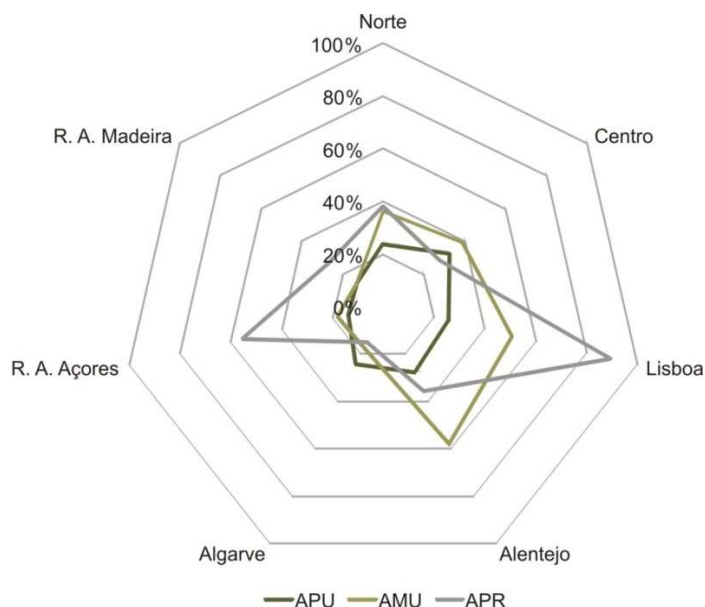
O turismo é uma actividade económica que resulta do aproveitamento da base local de recursos endógenos, e que, além de criar riqueza para a economia nacional, regional e local, gera desenvolvimento local e promove a criação de postos de trabalho directos e indirectos. A importância desta actividade na promoção da qualidade de vida e da coesão territorial justifica a análise da relação entre o turismo e o território no caso português.

A análise foi estruturada em três eixos: as dinâmicas recentes da oferta turística, a atractividade turística dos territórios e a diferenciação territorial da dinâmica económica induzida pelo turismo.

A abordagem das dinâmicas recentes da oferta turística baseia-se na análise da concentração territorial da actividade de construção destinada ao turismo e dos estabelecimentos hoteleiros. A tipologia das áreas urbanas de 2009 permite uma análise da actividade de construção induzida pelo turismo com base na dimensão urbano/rural, estruturando o território em áreas predominantemente urbanas (APU), áreas mediantemente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR).

- No conjunto da década 2000-2009, a importância relativa do destino turístico nas construções novas, segundo a superfície de construção, foi particularmente significativa em municípios do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. Ao longo da década, constata-se que, no conjunto do território nacional, a parcela da dinâmica construtiva induzida pelo turismo foi maior nas áreas predominantemente rurais.
- Na generalidade das regiões NUTS II, a proporção de reabilitações físicas destinadas ao turismo no total das obras com aquele destino assumia uma expressão menor nas áreas predominantemente urbanas. As únicas excepções eram a região Centro, onde as áreas predominantemente rurais registavam menor incidência daquele tipo de obra do que as áreas predominantemente urbanas, e o Algarve, onde as áreas predominantemente urbanas apresentavam uma proporção superior à observada nas áreas mediantemente urbanas e nas áreas predominantemente rurais, o que poderá dever-se ao facto de o Algarve ser dominado por contextos mais urbanos, à luz da tipologia de áreas urbanas.

**Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2000-2009**



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

**Tipologia de Áreas Urbanas**

A Tipologia de Áreas Urbanas constitui-se como um contributo para a análise territorial, atribuindo prioridade à delimitação de divisões territoriais pertinentes à leitura das dinâmicas territoriais e ao planeamento das intervenções públicas de incidência territorial. A revisão da Tipologia de Áreas Urbanas, da versão de 1998 para a versão de 2009 (8.ª (2008) deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 188, de 28 de Setembro de 2009), resultou da necessidade de rever os critérios subjacentes à lógica de classificação do território, tornando-os mais objectivos e operacionalizáveis, e de actualizar a informação censitária de base (de 1991 para 2001), a geografia administrativa e os instrumentos de ordenamento do território existentes. A metodologia de base à Tipologia de Áreas Urbanas 2009 distingue-se da anterior, nomeadamente, pela classificação das freguesias resultar de um trabalho de análise com base em unidades territoriais de menor dimensão (secções e subsecções estatísticas).

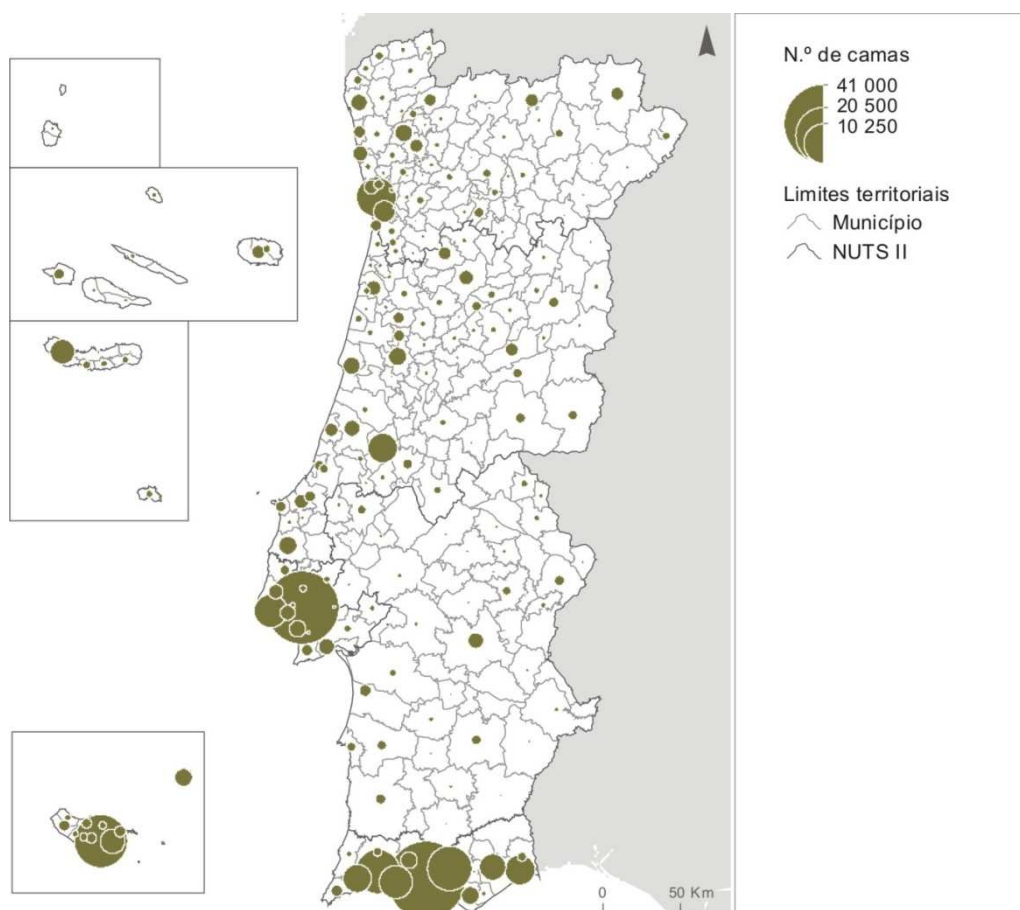
A versão de 2009 permite, assim, distinguir no território nacional unidades homogéneas que reflectem, através de critérios quantitativos e qualitativos (morfológicos, regime de ocupação do solo definido nos PMOT e administrativos), diferentes graus de urbanização do território para diferentes escalas territoriais. Nomeadamente, a Tipologia de Áreas Urbanas 2009 permite:

- classificar, de forma exaustiva, as freguesias do território nacional nas categorias área predominantemente urbana (APU), área mediantemente urbana (AMU) e área predominantemente rural (APR);
- identificar áreas urbanas com designação própria (freguesias isoladas ou conjuntos de freguesias contíguas classificadas como APU).

A afirmação dos territórios enquanto destinos turísticos passa pelo aproveitamento dos recursos endógenos locais, em particular dos que são diferenciadores face aos restantes territórios. A oferta turística reflecte de algum modo esse aproveitamento, apresentando expressões territoriais distintas.

- O Algarve, as regiões autónomas e as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto eram os territórios que, em 2009, concentravam mais oferta hoteleira. Em 2009, metade da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros existente no território nacional concentrava-se em apenas sete dos 308 municípios portugueses: por ordem decrescente de importância, Albufeira (15%), Lisboa (13%), Funchal (7%), Loulé (5%), Portimão (5%), Porto (4%) e Cascais (3%). Segue-se um conjunto de oito municípios com contributos individuais para o total nacional superiores a 1%, que se localizam maioritariamente no Algarve (Lagoa, Vila Real de Santo António, Lagos e Tavira) mas também nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Santa Cruz), na área metropolitana do Porto (Vila Nova de Gaia) e ainda o município de Ourém (onde se localiza o Santuário de Fátima).

### Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por município, 2009



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

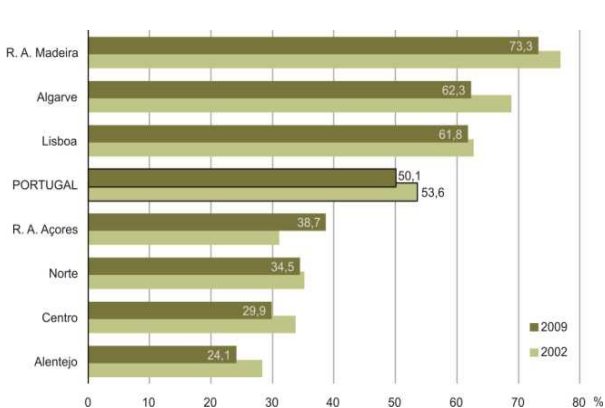
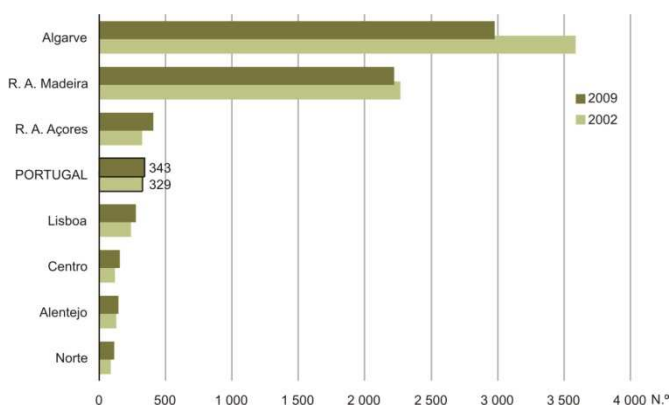
A procura turística mobiliza recursos com influência sobre o território. A atractividade turística dos territórios é avaliada através da intensidade turística, entre outros indicadores.

- Em 2009, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira mantinham-se, tal como em 2002, as regiões com maior intensidade turística, segundo o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes. Entre 2002 e 2009, a Região Autónoma dos Açores reforçou a terceira posição em termos de número de dormidas

por 100 habitantes. O Norte, o Alentejo e o Centro mantiveram, em 2009, as menores intensidades turísticas, apesar do acréscimo registado.

- Segundo os dados relativos a 2009, metade dos quase 13 milhões de indivíduos que se hospedaram em estabelecimentos hoteleiros do país tinha residência habitual fora de Portugal. Esta proporção foi inferior à verificada em 2002 porque o aumento relativo do número de hóspedes estrangeiros foi inferior ao dos hóspedes com residência habitual em Portugal (14,6% e 31,8%, respectivamente). Por NUTS II, a comparação entre 2002 e 2009 revela uma diminuição quase generalizada da proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros, com excepção da Região Autónoma dos Açores. Contudo, importa registar o facto de, em 2009, a Região Autónoma da Madeira e as regiões do Algarve e de Lisboa se terem mantido acima da média nacional, continuando a captar mais hóspedes estrangeiros do que nacionais.

**Intensidade turística, Portugal e NUTS II, 2002 e 2009**      **Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2002 e 2009**

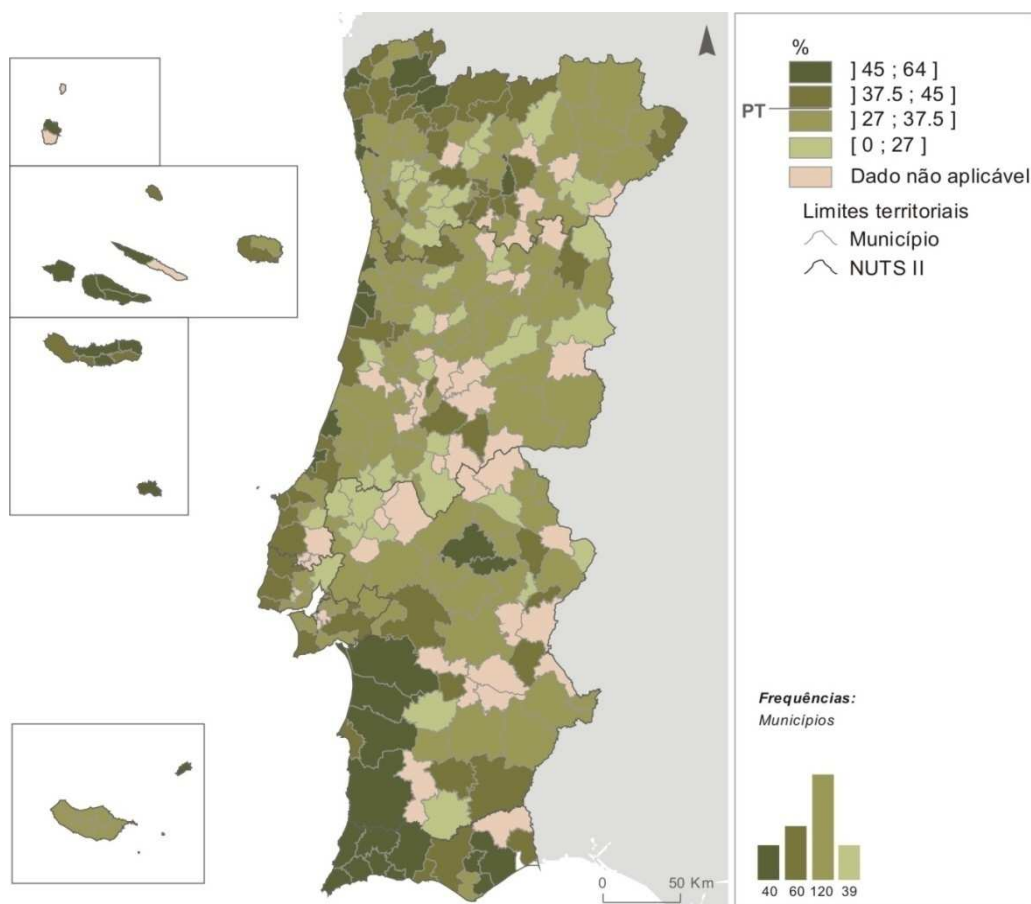


Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

O estudo do grau de sazonalidade da procura turística constitui um elemento adicional de análise da influência que a actividade turística tem sobre os territórios.

- O Algarve e a Região Autónoma da Madeira, com uma importância da actividade turística que se destaca no contexto nacional, distinguem-se no que respeita à sazonalidade desta actividade, medida pela taxa de sazonalidade (proporção entre o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nos meses de Julho, Agosto e Setembro e o número total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros). Se o Algarve evidencia o maior grau de sazonalidade das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, a Região Autónoma da Madeira é a região do país que apresenta a menor concentração da procura turística nos meses de verão. A Região Autónoma dos Açores acompanha o Algarve ao apresentar uma concentração da procura turística nos meses de Verão acima da média nacional. Também os centros metropolitanos e as capitais de distrito, tendencialmente associados a um turismo de natureza mais urbana, seja de negócios, seja de cultura, apresentam um grau de sazonalidade turística, contudo, aquém da média nacional.

**Taxa de sazonalidade, por município, 2009**



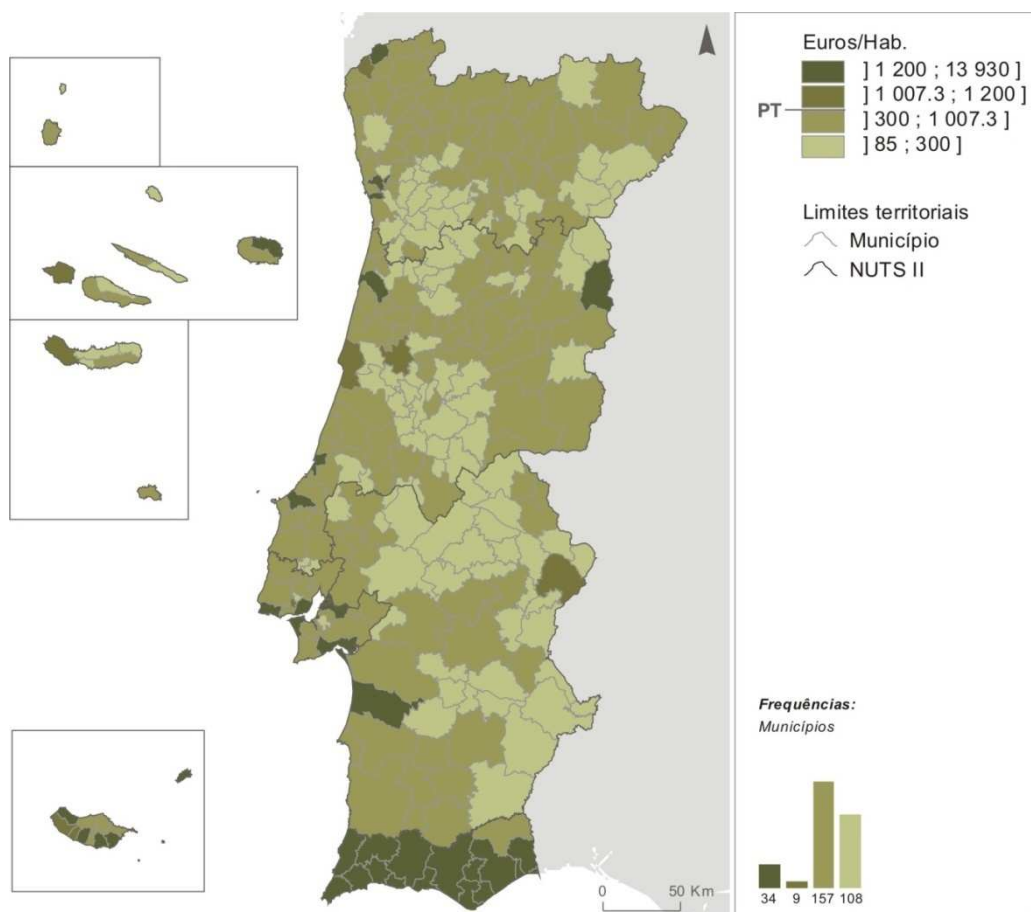
Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

Através da análise dos levantamentos em caixas automáticas e compras em terminais de pagamento automático efectuados através de cartões de pagamento emitidos por entidades não nacionais, é possível obter uma aproximação à importância económica da actividade turística de origem internacional.

- Os dados relativos aos movimentos realizados através de cartões de pagamento emitidos por entidades não nacionais identificam o Algarve como o espaço nacional onde estas operações associadas à procura turística externa mais se evidenciam.
- O retrato territorial do valor das compras e levantamentos internacionais por habitante, no conjunto do triénio 2007-2009, destacava os municípios algarvios. Com efeito, à excepção de Alcoutim, os restantes 15 municípios algarvios encontravam-se no conjunto dos 32 municípios nacionais onde aquele indicador tinha maior expressão relativa. Deste conjunto, faziam ainda parte municípios da Região Autónoma da Madeira (Funchal, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz) mas também municípios da área metropolitana de Lisboa (Lisboa, Cascais, Alcochete, Almada e Setúbal), municípios fronteiriços a Espanha (Valença e Almeida), Vila da Praia da Vitória (na Região Autónoma dos Açores), Nazaré e Óbidos (na sub-região do Oeste) e as capitais dos

distritos do Porto e de Aveiro. Em todos estes municípios, aquele rácio superava 1,2 milhares de euros por habitante, traduzindo a importância do turismo de não-residentes.

**Valor das compras internacionais efectuadas em Terminais de Pagamento Automático e dos levantamentos internacionais efectuados em Caixas Automáticas por habitante, por município, 2007-2009**



Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS). INE, I.P., Estimativas Anuais de População Residente.

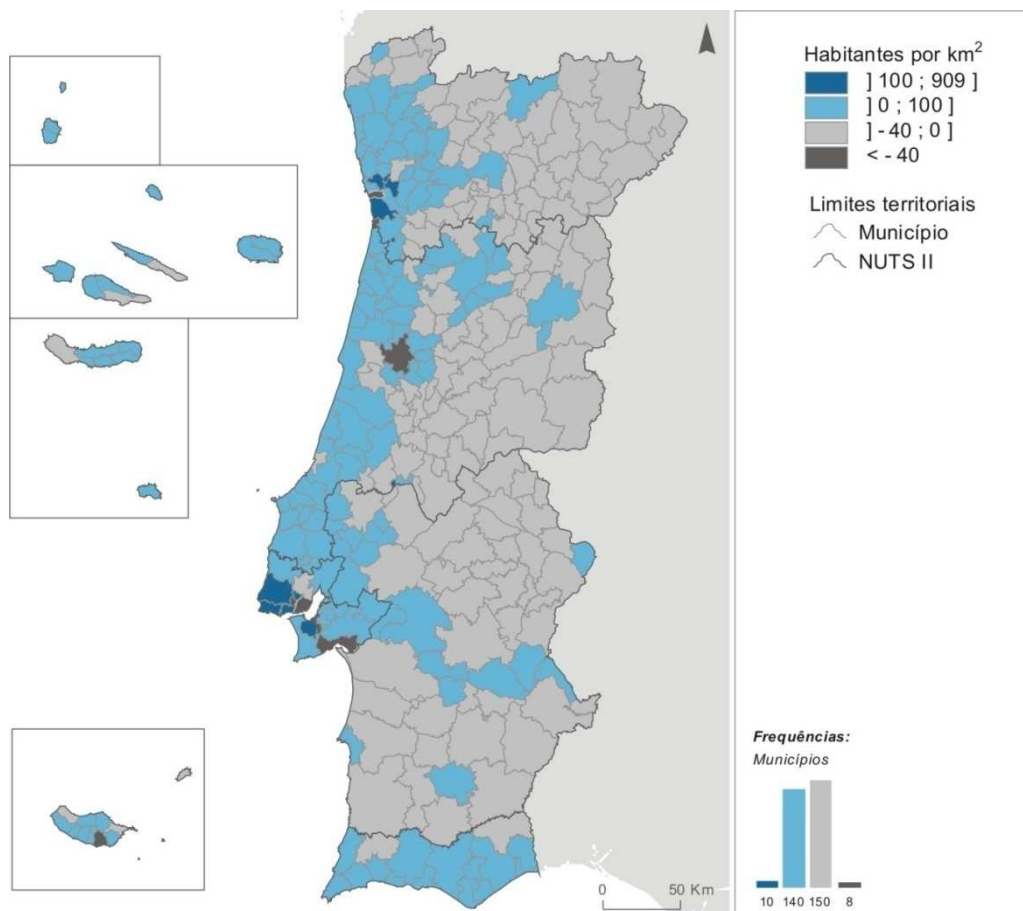
**A sustentabilidade demográfica dos territórios**

O reconhecimento da importância que a composição das populações assume na definição e implementação de medidas ajustadas às diferentes necessidades dos territórios, aliado às tendências que se têm vindo a observar para o contexto português, nomeadamente, ao nível da redução generalizada das taxas de fecundidade e de natalidade, por um lado, e a estabilização dos níveis de mortalidade nas faixas etárias mais baixas, prolongando a esperança média de vida dos cidadãos, fundamentam a análise da problemática da sustentabilidade demográfica dos territórios em Portugal.

A análise está estruturada em quatro vectores principais: a dinâmica populacional, a tendência de envelhecimento populacional, o papel desempenhado pelos padrões de fecundidade e as novas dinâmicas familiares e o lugar e o contributo da população estrangeira.

- Ao longo da última década, constata-se que nos centros metropolitanos de Lisboa e do Porto, a densidade populacional reduziu-se, tendo-se passado o inverso na generalidade dos municípios circundantes. Além deste fenómeno metropolitano, é visível um reforço da densidade populacional no Litoral continental e uma diminuição no Interior. Também nas regiões autónomas, se observou uma diminuição da densidade populacional em Ponta Delgada e, sobretudo, no Funchal, e um aumento nos municípios limítrofes.

**Variação da densidade populacional, por município, 2000/2009**



Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente. Instituto Geográfico Português.

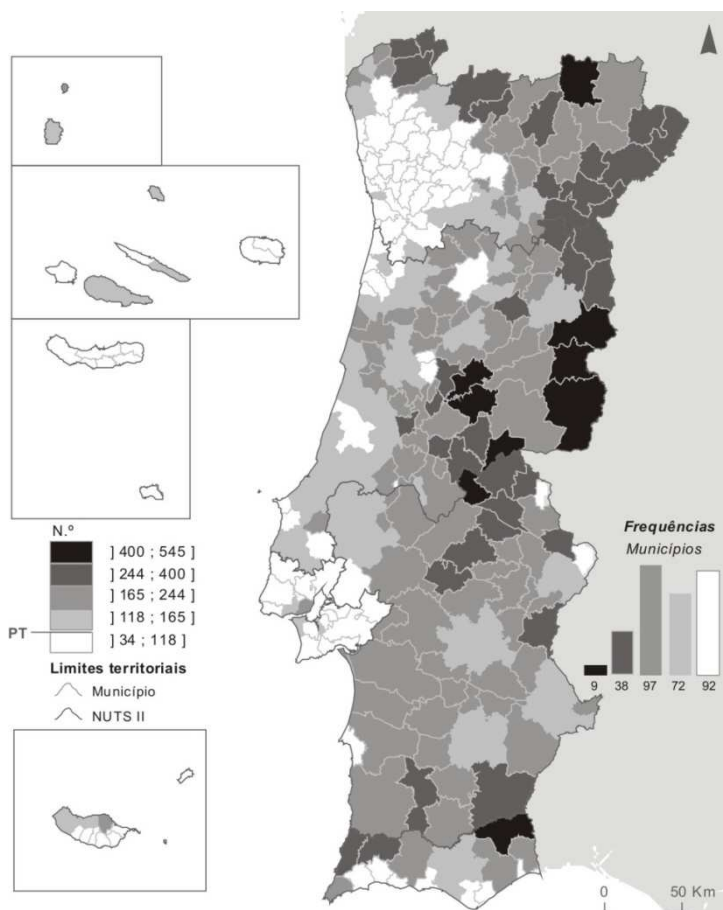
Os desafios em termos de sustentabilidade demográfica serão mais significativos para os territórios que possam vir a ser mais afectados pelo envelhecimento da população.

- O índice de envelhecimento tem aumentado de forma persistente ao nível nacional: em 2000, residiam no país 102,2 idosos por 100 jovens; em 2009 este índice era de 117,6. Regionalmente, verifica-se a mesma tendência, com excepção do Algarve onde, de 2000 a 2009, se registou uma diminuição do índice de envelhecimento, mantendo-se, contudo, em 2009, com um valor acima da média nacional.
- Através dos índices de envelhecimento e de longevidade, que confrontam grupos etários distintos da população residente, os territórios menos envelhecidos situavam-se nas regiões autónomas, na sub-região do Tâmega e



nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Pelo contrário, o envelhecimento populacional era mais intenso no Interior continental, sobretudo do Norte e do Centro. Verifica-se que esta dicotomia se reforçou ao longo da última década.

### Índice de envelhecimento, por município, 2009



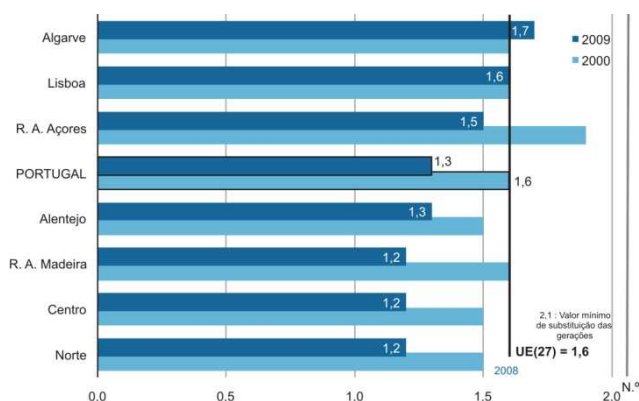
Fonte: INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

Em Portugal, tem vindo a verificar-se uma diminuição da fecundidade, bem como a diversificação dos modelos familiares, aspectos que podem influenciar a sustentabilidade demográfica.

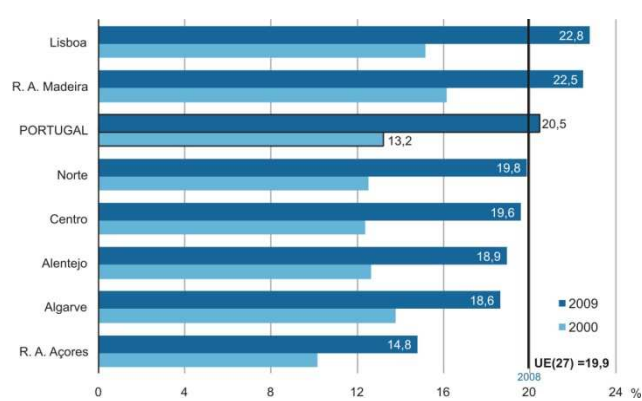
- No espaço de aproximadamente 50 anos, o índice sintético de fecundidade em Portugal passou de 3,1 (em 1960) para 1,3 (em 2009), registando-se uma redução em mais de metade do número médio de filhos por mulher em idade fértil. O valor de 2009 ficou aquém da média da UE27 que se situou em 1,6 (em 2008). Ao nível regional e considerando o índice sintético de fecundidade em 2000 e em 2009, verifica-se que o indicador se manteve abaixo do limiar que assegura a substituição das gerações em todas as regiões do país. De igual forma, constata-se que, para o hiato temporal considerado, a tendência de decréscimo da fecundidade é particularmente evidente nas regiões autónomas e nas regiões Norte e Centro. O Algarve é, por sua vez, a única região em que se regista um ligeiro aumento (de 1,6 para 1,7) e, para a região de Lisboa, observa-se a manutenção do número médio de filhos por mulher em torno de 1,6.

- Considerando os nascimentos por idade da mãe, é possível obter um indicador que coloca em evidência os nascimentos que ocorrem nas idades mais tardias. A maternidade tardia (mães com idade igual ou superior a 35 anos) tem aumentado, observando-se a intensificação dessa tendência entre os anos 2000 e 2009, passando a proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos em Portugal, de 13,2% para 20,5%, valor acima da média da UE27: 19,9% em 2008. Ao nível das regiões NUTS II, com base nos resultados de 2000 e de 2009, confirma-se um aumento da maternidade tardia nas sete regiões do território nacional, sendo este particularmente notório nas regiões de Lisboa, Norte e Centro.

**Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS III, 2000 e 2009**



**Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009**



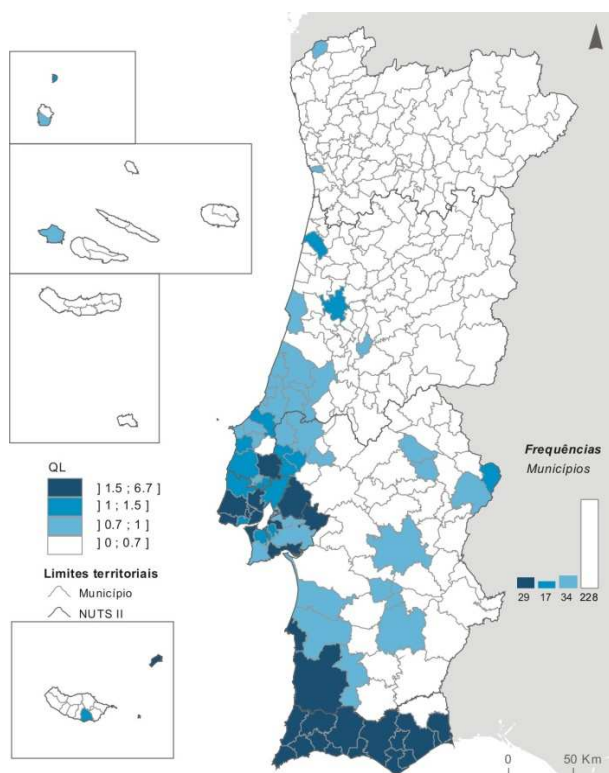
Fonte: INE, I.P., Indicadores demográficos e Nados-vivos. Eurostat.

O potencial contributo demográfico das migrações constitui um activo importante para o desenvolvimento dos territórios.

- Em 2009, dos cerca de 457 mil estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal em Portugal, as principais nacionalidades correspondiam ao Brasil (26%), Ucrânia (12%), Cabo Verde (11%), Roménia (7%), Angola (6%), Guiné-Bissau, Moldávia (ambos 5%) e, com uma expressão numérica inferior a 20 mil residentes, ao Reino Unido (4%), China (3%) e São Tomé e Príncipe (2%).
- Por regiões, de acordo com os dados de 2009 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (considerando os titulares de autorizações de residência e as prorrogações de vistos de longa duração), o retrato territorial destaca o Algarve e Lisboa como as regiões onde se registam os valores mais elevados de população estrangeira residente face ao total de população residente (17% e 8%, respectivamente) e, igualmente, as únicas regiões que superavam a média nacional de 4%. Contrariamente, na região Norte e na Região Autónoma dos Açores registaram-se os valores mais baixos de população estrangeira (1%, em ambos os casos).
- A leitura do quociente de localização evidencia um padrão que opõe municípios do Litoral aos do Interior, com uma maior incidência de população estrangeira nos primeiros. Assim, observa-se que a população estrangeira se encontra particularmente sobre-representada nos municípios do Algarve (todos, excepto Alcoutim), da

Grande Lisboa (especialmente em Cascais, Lisboa, Loures, Amadora, Odivelas e Sintra) e da Península de Setúbal (Almada, Setúbal e Montijo), destacando-se ainda os municípios de Alenquer (Oeste), Benavente (Lezíria do Tejo), Odemira, Sines (Alentejo Litoral) e Porto Santo (Região Autónoma da Madeira).

**Quocientes de localização da população de nacionalidade estrangeira, por município, 2009**



**Quociente de localização**

O **quociente de localização** (QL) corresponde a uma medida que permite aferir a sobre-representação de um determinado grupo numa unidade territorial (na presente análise, o município) em relação a um contexto territorial mais amplo (na presente análise, o país). É expresso pela seguinte equação:

$$QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} \bigg/ \frac{X_{pj}}{X_p} \quad (0 \leq QL_{rj} < \infty), \text{ onde:}$$

$X_{rj}$  - população do grupo j na unidade territorial r

$X_r$  - população total na unidade territorial r

$X_{pj}$  - população do grupo j na contexto territorial p

$X_p$  - população total na contexto territorial p

Valores superiores à unidade são indicativos de uma sobre-representação do grupo j na unidade territorial r em relação à expressão desse grupo no que respeita ao contexto territorial mais amplo.

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. INE, I.P., Estimativas Anuais da População Residente.

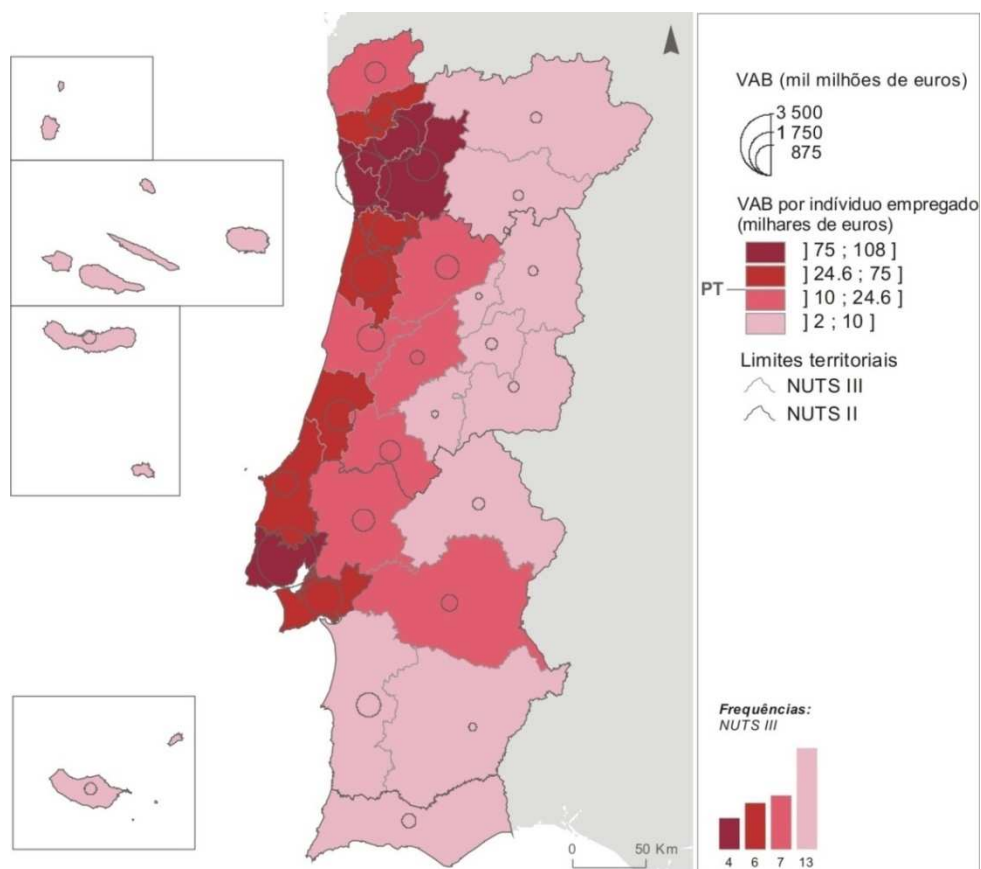
## **A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas**

O processo de terciarização do tecido produtivo das regiões portuguesas não impediu que a indústria transformadora mantivesse uma importância determinante em algumas economias regionais. Este contexto, associado à capacidade de captar e manter mercados externos, são actualmente entendidos como elementos essenciais no processo de crescimento económico das regiões e do país e constituem a base desta temática.

A análise está estruturada em três eixos principais: a actividade industrial nas regiões, a dinâmica do tecido produtivo industrial e a orientação exportadora de bens nas regiões portuguesas.

- O Norte e o Centro eram as regiões que mais contribuíam para a formação do VAB nacional gerado pelas indústrias transformadoras e aquelas em que estas actividades tinham maior importância na estrutura produtiva regional.
- As 13 sub-regiões do Litoral do Continente, do Cávado ao Alentejo Litoral, incluindo os vales sub-regionais da Região Norte e o Dão-Lafões, constituíam as NUTS III com maior valor acrescentado nas indústrias transformadoras, representando, no seu conjunto, cerca de 85% do valor nacional. A geografia da produtividade das indústrias transformadoras (medida pelo VAB gerado por indivíduo empregado) coloca em evidência o mesmo padrão territorial.

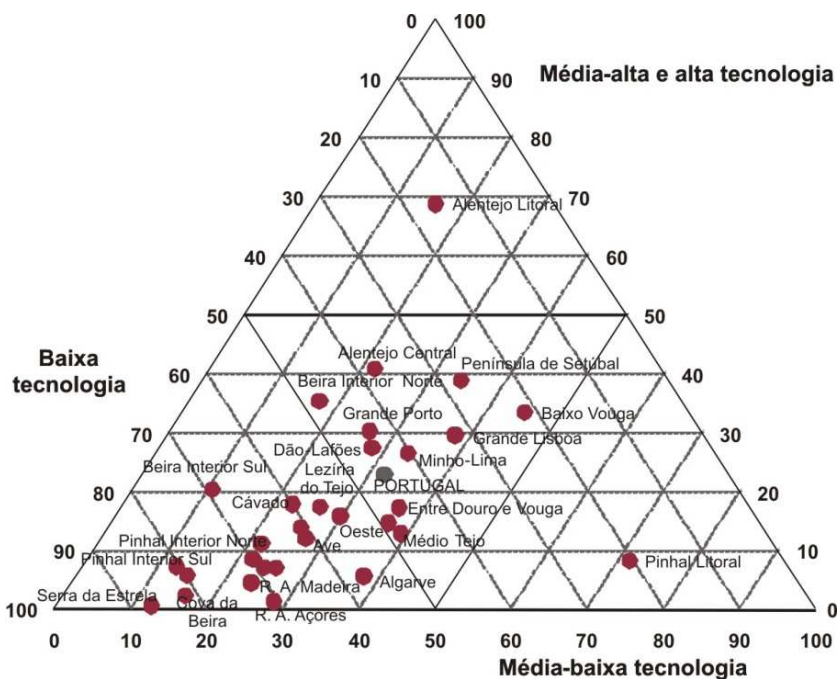
**VAB e VAB por indivíduo empregado nas indústrias transformadoras, por NUTS III, 2008**



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais.

- Em 2007-2008, a criação de VAB industrial resultava essencialmente das indústrias de baixa e média-baixa tecnologia, sobretudo nas regiões autónomas e no Algarve, territórios em que as empresas industriais de alta e média-alta tecnologia estavam pouco implantadas. As empresas industriais tecnologicamente mais intensivas tinham maior importância relativa nas sub-regiões Alentejo Litoral, Alentejo Central, Península de Setúbal, Beira Interior Norte, Baixo Vouga, Grande Porto e Grande Lisboa.

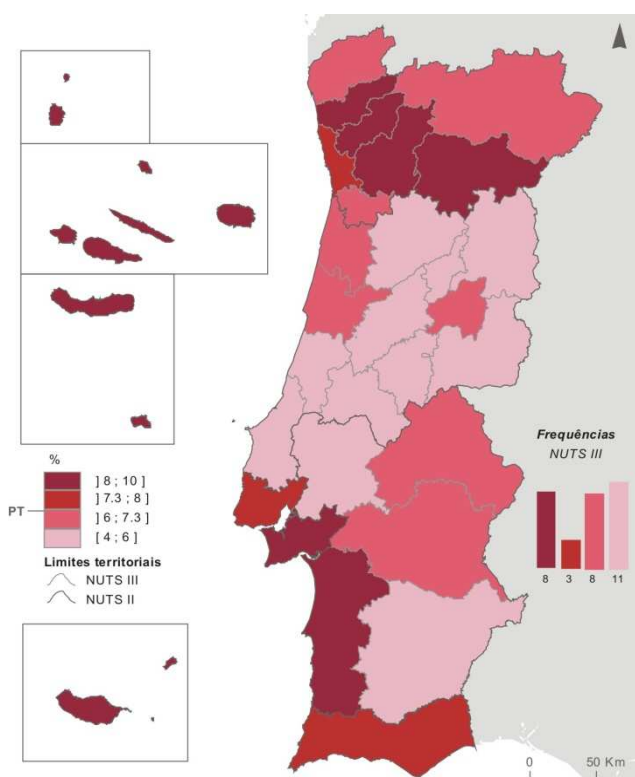
**Repartição do VAB das indústrias transformadoras por nível tecnológico, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2007-2008**



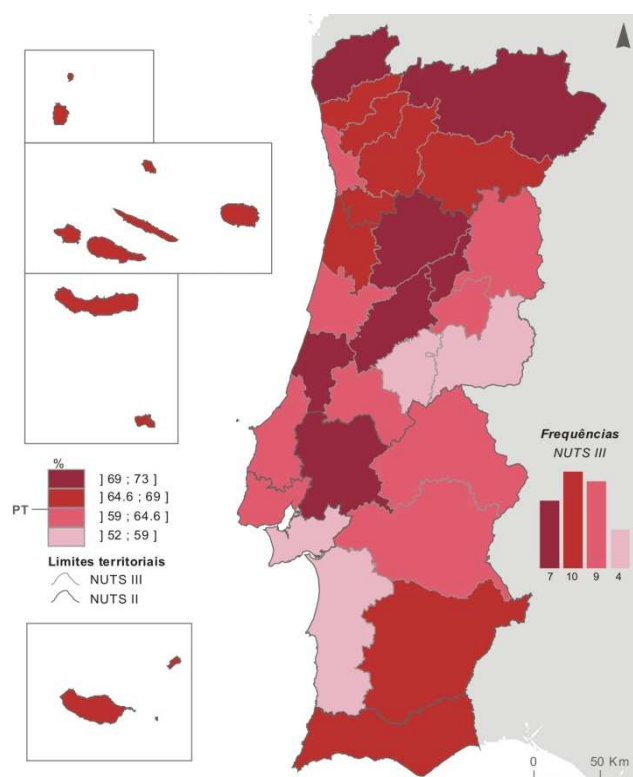
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

- As dinâmicas de criação e de sobrevivência das empresas industriais evidenciam que era em algumas das sub-regiões do Norte onde as indústrias transformadoras tinham maior implantação, que se observavam os resultados mais positivos nos indicadores de natalidade e sobrevivência das empresas industriais: Tâmega, Ave e Cávado. Também nas regiões autónomas e no Algarve se registavam valores acima da média do país para ambos os indicadores.

**Taxa de natalidade das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008**



**Taxa de sobrevivência (a dois anos) das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008**

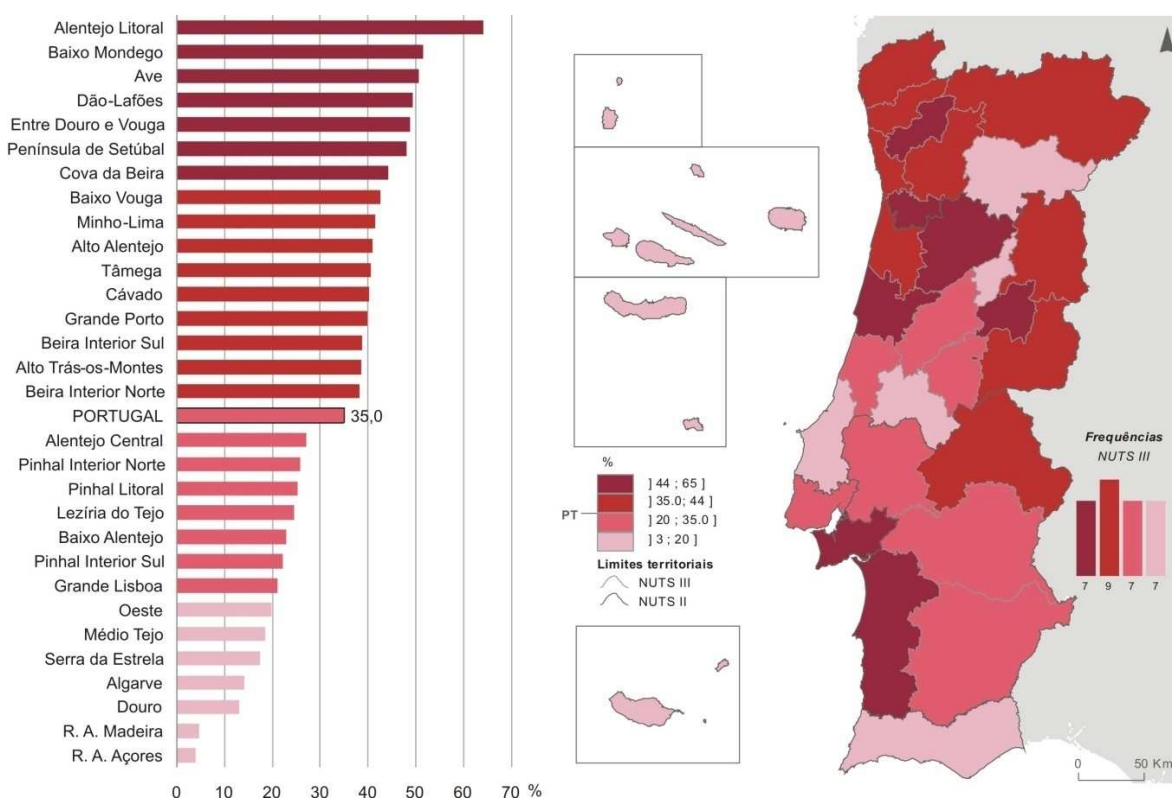


Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Tendo as indústrias transformadoras um papel importante no designado sector de bens transaccionáveis, importa analisar em que medida o volume de negócios das empresas industriais é proveniente do escoamento de produtos para outros países e se existe um padrão regional de concretização das relações empresariais com o estrangeiro.

- Em 2008, o rácio entre as exportações das empresas industriais sedeadas em cada sub-região e o volume de negócios gerado por estas empresas era mais elevado no Baixo Mondego, no Ave, no Dão-Lafões e no Entre Douro e Vouga, e também, no Alentejo Litoral e na Península de Setúbal. As regiões autónomas apresentavam, para este indicador, os valores mais reduzidos.

**Relação entre o valor das exportações e o volume de negócios das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008**



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

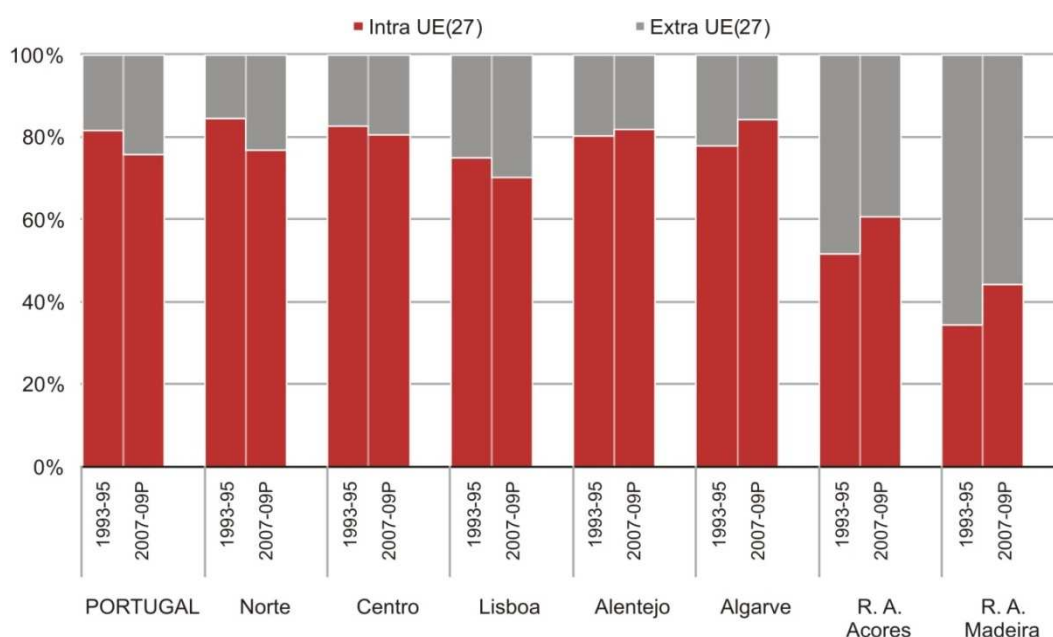
- A análise dos destinos preferenciais das exportações evidencia que as três regiões NUTS II que mais contribuíam para o valor nacional das exportações em ambos os períodos - Norte, Centro e Lisboa – diminuíram a proporção de exportações para os países da UE27<sup>1</sup>, entre 1993-1995 e 2007-2009. As restantes regiões aumentaram as quotas de exportação para os actuais parceiros europeus, tendo esta variação sido mais significativa nas regiões autónomas.

<sup>1</sup> Considera-se, nesta análise, o conjunto dos países que formalizam actualmente a UE27, independentemente do período de análise.



- No triénio 2007-2009, as exportações para a UE27 superavam a média nacional em todas as regiões excepto em Lisboa e nas regiões autónomas. No Algarve, verificava-se o valor mais elevado neste indicador: 84,1% das exportações destinavam-se a parceiros comunitários. Em situação oposta, encontrava-se a Região Autónoma da Madeira que apresentava a menor proporção de exportações para a UE (44,2%) e era, no período em análise, a única região onde a procura externa de produtos era mais importante por parte dos países externos à UE27 do que por parte dos parceiros comunitários.

**Proporção de exportações para os países da UE27 e fora da UE27, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009P**



Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens.